4º SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS
MEMÓRIA, PACTOS E AÇÕES CONTRA O FEMINICÍDIO
26, 27 e 28 de agosto

Produção de dados e monitoramento dos feminicídios no Amazonas: uma leitura cartográfica dos indicadores de violência contra a mulher em 2025

Odevilson de Souza Felício
Doutorando em Educação na Amazônia
Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/Rede EDUCANORTE)
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Elder Tânio Gomes de Almeida
Doutorando em Educação em Ciências na Amazônia
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Amazônia (PPGEEC/UEA)

José Vicente de Souza Aguiar
Doutor em Educação
Professor Titular da Universidade do Estado do Amazonas

Resumo: Este artigo analisa a produção de dados e o monitoramento da violência contra as mulheres no Amazonas, tomando como recorte os indicadores oficiais referentes ao ano de 2025. Parte-se do problema de que a leitura isolada dos registros de feminicídio pode produzir uma compreensão limitada da violência de gênero, uma vez que os casos letais integram processos mais amplos, nos quais se articulam diferentes formas de violência e contextos territoriais. O objetivo é analisar os indicadores oficiais de violência contra as mulheres no Amazonas, compreendendo-os como dispositivos de visibilidade e pistas para o acompanhamento dos processos que atravessam a violência de gênero. Metodologicamente, desenvolve-se uma abordagem qualitativa, de caráter analítico-interpretativo, orientada pela perspectiva cartográfica, especialmente a partir de Barros e Kastrup (2009), Deleuze e Guattari (1995) e Cunha (2019; 2022), articulada às contribuições da fenomenologia de Merleau-Ponty (2018). Os dados oficiais são analisados em diálogo com Desrosières (2023), Segato (2025), Butler (2021) e Beltrão, Barata e Aleixo (2017), considerando os limites da estatística para apreender a complexidade das experiências vividas. A análise evidencia que os indicadores de feminicídio, tentativas de feminicídio, violência doméstica e medidas protetivas não constituem registros desconectados, mas podem ser compreendidos como pistas de processos contínuos de violência e como instrumentos para o monitoramento das políticas públicas. Defende-se, assim, uma leitura cartográfica dos indicadores, capaz de deslocar o foco da contabilização dos feminicídios consumados para o acompanhamento dos processos que os antecedem e das possibilidades de intervenção preventiva no território amazonense.

Palavras-chave: Feminicídio; Violência contra a mulher; Produção de dados; Cartografia; Amazonas.

INTRODUÇÃO

A produção de dados constitui um dos principais instrumentos para o monitoramento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. No campo da segurança

pública, indicadores oficiais, sistemas de informação, bases estatísticas e anuários subsidiam diagnósticos, orientam o planejamento institucional e permitem acompanhar tendências relacionadas ao feminicídio e às diferentes formas de violência de gênero. Contudo, esses indicadores são frequentemente utilizados como registros descritivos dos acontecimentos, privilegiando comparações entre taxas, séries históricas e variações percentuais. Embora essa abordagem seja fundamental para dimensionar o fenômeno, ela pode limitar a compreensão dos processos sociais, institucionais e políticos que produzem os próprios dados e as realidades que eles tornam visíveis.

Compreender os indicadores como construções sociais amplia as possibilidades de análise da violência contra as mulheres. Para Desrosières (2023), a estatística não constitui um espelho neutro da realidade, mas envolve processos de classificação, categorização e produção de formas de inteligibilidade que orientam a ação pública. Nessa direção, Foucault (1979) possibilita compreender os sistemas de informação e os mecanismos de registro como dispositivos que articulam saber e poder, produzindo determinadas formas de visibilidade sobre a realidade social e subsidiando práticas de governo. Os indicadores, portanto, não apenas registram ocorrências, mas participam da constituição dos modos pelos quais a violência é conhecida, monitorada e enfrentada pelas instituições.

No Amazonas, os indicadores oficiais de 2025 apresentam um cenário que demanda uma leitura para além da variação numérica dos registros. Embora determinados indicadores de feminicídio tenham apresentado redução em relação aos anos anteriores, a permanência de registros de tentativas de feminicídio e de violência doméstica evidência que os processos produtores da violência contra as mulheres continuam atuando. Essa aparente tensão entre a redução de determinados registros e a permanência de outras manifestações da violência aponta para uma questão analítica: os indicadores não devem ser compreendidos apenas como resultados a serem comparados, mas como sinais de processos sociais, territoriais e institucionais em permanente constituição.

Grande parte das pesquisas sobre violência de gênero mobiliza dados estatísticos para dimensionar sua magnitude, identificar tendências ou comparar diferentes territórios. Essas contribuições são indispensáveis para a construção de diagnósticos e para o planejamento das políticas públicas. Entretanto, permanece relevante explorar outras possibilidades de leitura, capazes de considerar os indicadores como expressões de movimentos, permanências e transformações que atravessam o fenômeno da violência. É nesse deslocamento epistemológico que a cartografia se apresenta como perspectiva teórico-metodológica para a leitura dos dados.

Para Deleuze e Guattari (1995), o conhecimento não se reduz à representação de uma realidade fixa, mas envolve o acompanhamento de fluxos, conexões e processos de produção da vida social. No campo metodológico, Barros e Kastrup (2009) compreendem a cartografia como acompanhamento de processos, deslocando a pesquisa da simples coleta de informações para uma produção de dados constituída na relação com o campo e com o fenômeno investigado. Nessa perspectiva, os indicadores estatísticos podem ser tomados como pistas cartográficas, capazes de evidenciar permanências, deslocamentos e linhas de força que atravessam a violência contra as mulheres.

Essa abordagem também dialoga com a fenomenologia de Merleau-Ponty (2018), ao reconhecer que os números remetem a experiências vividas que não podem ser integralmente reduzidas à dimensão estatística. Cada registro de feminicídio, tentativa de feminicídio ou violência doméstica corresponde a existências concretas, corpos, relações e territórios atravessados por diferentes formas de violência. A leitura cartográfica, portanto, não pretende substituir a análise quantitativa, mas ampliar sua potência interpretativa, reconhecendo os dados como uma dimensão indispensável, embora insuficiente, para apreender a complexidade do fenômeno.

No campo dos estudos sobre violência de gênero, Segato (2025) contribui para compreender a violência contra as mulheres como expressão de relações estruturais de poder que ultrapassam os acontecimentos individuais e produzem formas persistentes de dominação. Butler (2021), ao discutir a precariedade das vidas e a vulnerabilidade diferencial dos corpos, permite compreender que os registros estatísticos remetem a experiências concretas marcadas por desigualdades e diferentes condições de exposição à violência. Na perspectiva amazônica, Beltrão, Barata e Aleixo (2017) contribuem para evidenciar que as experiências de mulheres em situação de violência são atravessadas por condições históricas, sociais, culturais e territoriais específicas, conferindo ao fenômeno configurações próprias no contexto regional.

Diante desse contexto, este artigo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como os indicadores oficiais de feminicídio e violência contra a mulher permitem cartografar os processos produtores da violência de gênero no Amazonas, para além da descrição estatística dos casos registrados em 2025? O objetivo consiste em analisar os indicadores oficiais de feminicídio e violência contra a mulher no Amazonas, buscando compreender como esses dados permitem cartografar processos, permanências e deslocamentos da violência de gênero no estado durante o ano de 2025.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental, orientada pela perspectiva cartográfica e fundamentada na análise de documentos oficiais produzidos pelos

sistemas de segurança pública em âmbito nacional e estadual. O corpus compreende anuários de segurança pública, bases estatísticas e documentos institucionais relacionados ao monitoramento da violência contra as mulheres. Ao interpretar os indicadores como dispositivos de visibilidade e pistas dos processos sociais, o estudo busca contribuir para o fortalecimento do monitoramento e para o aperfeiçoamento das políticas públicas de prevenção e enfrentamento ao feminicídio no Amazonas.

O artigo está organizado em quatro seções: a primeira discute a produção de dados e o monitoramento dos feminicídios como dispositivos de visibilidade; a segunda apresenta a cartografia como perspectiva teórico-metodológica para a leitura dos indicadores; a terceira analisa os principais indicadores de violência contra as mulheres no Amazonas em 2025; e a quarta desenvolve uma leitura cartográfica desses dados, discutindo suas potencialidades para compreender os processos da violência de gênero e suas implicações para o monitoramento e o aprimoramento das políticas públicas.

1. PRODUÇÃO DE DADOS E MONITORAMENTO DOS FEMINICÍDIOS COMO DISPOSITIVOS DE VISIBILIDADE

A produção de dados ocupa lugar central na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas contemporâneas. No campo da segurança pública, especialmente no enfrentamento da violência contra as mulheres, a sistematização de informações sobre feminicídios, tentativas de feminicídio, violência doméstica e outras formas de violência de gênero constitui condição fundamental para dimensionar o problema, definir prioridades institucionais, orientar a distribuição de recursos e acompanhar as ações estatais. Nesse contexto, anuários, sistemas nacionais de informação e painéis estatísticos ultrapassam a função de registro administrativo, tornando-se instrumentos estratégicos de planejamento e gestão pública fundamentada em evidências.

Entretanto, os indicadores não devem ser compreendidos como representações neutras e objetivas da realidade. Desrosières (2023) demonstra que a produção estatística envolve escolhas conceituais, classificações, categorias e procedimentos institucionais que definem o que será contado, registrado e reconhecido como relevante. Assim, as estatísticas não apenas descrevem os fenômenos sociais, mas também participam da construção das formas pelas quais esses fenômenos se tornam visíveis e inteligíveis para o Estado e para a sociedade. Essa dimensão evidencia que os sistemas de informação podem conferir visibilidade a determinadas experiências, ao mesmo tempo em que deixam à margem situações que não alcançam os mecanismos formais de registro.

No caso da violência contra as mulheres, essa questão assume especial relevância, considerando que os indicadores oficiais expressam apenas a parcela da violência que chega aos sistemas institucionais. Medo, silêncio, dependência econômica, dificuldades de acesso aos serviços e desigualdades territoriais podem contribuir para a subnotificação. Reconhecer esses limites não reduz a importância dos indicadores, mas exige uma leitura crítica de sua produção e de seus alcances. Essa perspectiva dialoga com Foucault (1979), ao compreender os mecanismos de registro, classificação e produção de informações como dispositivos relacionados às relações entre saber e poder. Os dados, portanto, integram formas de governo das populações, permitindo identificar problemas, estabelecer prioridades, formular estratégias e acompanhar intervenções.

No enfrentamento ao feminicídio, o monitoramento não deve restringir-se à contabilização periódica das ocorrências. Mais do que identificar quantos casos foram registrados, é necessário acompanhar permanências, mudanças, intensificações e reconfigurações da violência em diferentes contextos sociais e territoriais. Nessa direção, os indicadores podem ser compreendidos como sinais que permitem acompanhar processos e reconhecer movimentos que atravessam a realidade da violência contra as mulheres.

Essa compreensão aproxima a análise dos indicadores da perspectiva cartográfica. Os dados deixam de ser considerados apenas números isolados ou resultados de séries históricas e passam a constituir pistas para a identificação de relações, deslocamentos e linhas de força que atravessam os fenômenos investigados. A cartografia, portanto, não substitui a análise quantitativa, mas amplia sua potência interpretativa ao acompanhar os processos sociais e institucionais que dão origem aos registros. Desse modo, os indicadores tornam-se elementos para formular perguntas, evidenciar tensões e compreender transformações. Essa perspectiva será aprofundada na seção seguinte, que discutirá a cartografia como caminho teórico-metodológico para a leitura dos indicadores oficiais de feminicídio e violência contra as mulheres no Amazonas.

2. CARTOGRAFIA COMO PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A LEITURA DOS INDICADORES OFICIAIS

A leitura dos indicadores oficiais de feminicídio e violência contra as mulheres exige um deslocamento das abordagens que os compreendem exclusivamente como instrumentos de mensuração da realidade. Embora a estatística seja indispensável ao monitoramento das políticas públicas, a complexidade da violência de gênero demanda uma perspectiva capaz de acompanhar os processos sociais, políticos e institucionais que atravessam a produção, a

circulação e os efeitos desses dados. Nesse sentido, a cartografia, inspirada na filosofia da diferença e desenvolvida como método de pesquisa-intervenção, oferece uma possibilidade teórico-metodológica para compreender os indicadores para além de sua dimensão quantitativa, tomando-os como pistas dos processos que produzem e atravessam a violência contra as mulheres.

Proposta por Deleuze e Guattari (1995), a cartografia rompe com a ideia de conhecimento como representação de uma realidade fixa e acabada. Em vez de buscar objetos previamente constituídos, acompanha movimentos, conexões, fluxos e processos em permanente transformação. O mapa, nessa perspectiva, não reproduz simplesmente uma realidade, mas acompanha sua constituição, permitindo visualizar relações, territórios, linhas de força e deslocamentos. No campo metodológico, essa concepção é desenvolvida por Passos, Barros e Kastrup, que compreendem a cartografia como pesquisa-intervenção voltada ao acompanhamento dos processos de produção da realidade. Para Barros e Kastrup (2009), cartografar significa acompanhar processos, o que implica compreender a produção de dados não como simples coleta de informações, mas como construção realizada na relação entre pesquisador, campo e fenômeno investigado.

Esse deslocamento é particularmente relevante para a análise dos indicadores oficiais. Anuários, sistemas de informação e bases estatísticas são frequentemente tratados como registros objetivos da realidade, destinados à descrição de ocorrências e à comparação entre diferentes contextos. Sob a perspectiva cartográfica, entretanto, os indicadores podem ser compreendidos como pistas capazes de revelar permanências, intensificações, deslocamentos e linhas de força dos processos que atravessam a violência contra as mulheres. Assim, a questão deixa de ser apenas quantos casos foram registrados e passa a considerar quais dinâmicas tornam determinados fenômenos visíveis, quais permanecem invisibilizados e quais relações institucionais, territoriais e sociais atravessam sua produção.

Nessa direção, Cunha (2019; 2022) destaca a potência da cartografia para deslocar a investigação da lógica representacional para uma atenção aos processos de constituição da realidade, permitindo acompanhar tensões, conexões, rupturas e movimentos que emergem no campo. Aplicada ao presente estudo, essa perspectiva possibilita compreender os indicadores como dispositivos de visibilidade: mais do que informar números, eles podem tornar perceptíveis relações entre território, políticas públicas, acesso aos serviços de proteção, funcionamento das redes institucionais e dinâmicas da violência de gênero.

Essa compreensão dialoga com Merleau-Ponty (2018), ao reconhecer que toda produção estatística remete a experiências concretas vividas por sujeitos situados histórica e

territorialmente. Os indicadores não esgotam a realidade da violência, mas constituem uma de suas formas de manifestação. Cada registro corresponde a experiências de mulheres atravessadas por relações de poder, desigualdades e diferentes formas de violência. A cartografia, portanto, não substitui a análise estatística, mas amplia sua potência interpretativa ao aproximar os dados dos processos e experiências que lhes dão origem.

Desse modo, a cartografia assume dupla função neste artigo: como perspectiva epistemológica, desloca a compreensão dos indicadores da representação para os processos; como perspectiva metodológica, orienta a análise dos dados oficiais para acompanhar permanências, deslocamentos e linhas de força da violência contra as mulheres no Amazonas. A seção seguinte parte dessa compreensão para analisar os indicadores oficiais de 2025, buscando não apenas apresentar números, mas acompanhar os processos que eles tornam visíveis e suas implicações para o monitoramento e o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio.

3. PRINCIPAIS INDICADORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO AMAZONAS NO ANO DE 2025.

Os indicadores oficiais de violência contra as mulheres constituem um importante instrumento para o monitoramento das políticas públicas, pois permitem acompanhar tendências, identificar territórios prioritários e subsidiar estratégias de prevenção e enfrentamento. Entretanto, analisados de forma isolada, esses indicadores apresentam apenas fragmentos da realidade. A perspectiva cartográfica adotada neste estudo propõe um deslocamento dessa leitura, compreendendo os dados oficiais não como registros estáticos, mas como pistas que revelam processos, permanências e transformações da violência de gênero no território amazonense.

Embora este estudo tenha como recorte o ano de 2025, dados divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública referentes ao primeiro semestre de 2026 indicam aumento de 66,7% nos casos de feminicídio no Amazonas em relação ao mesmo período de 2025, colocando o estado entre aqueles com maior crescimento nacional. Esses dados não integram o corpus analítico da pesquisa, mas reforçam a importância do monitoramento contínuo e da leitura integrada dos indicadores para o aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Os indicadores oficiais produzidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelos órgãos estaduais de segurança permitem delinear o panorama da violência contra as mulheres no Amazonas em 2025. No período

analisado neste estudo, o estado registrou **20 feminicídios consumados**, alcançando a menor taxa nacional (0,46 por 100 mil mulheres), resultado que representa uma redução de aproximadamente 31% em relação ao ano anterior.

Tabela 1 – Quantidade de ocorrências de feminicídio e tentativas no estado do Amazonas – 2016-2025

Ano	População (IBGE)	Casos de Feminicídios	Taxa (%)	Casos de Tentativa	Taxa (%)
2016	3.916.582	11	0,28	-	-
2017	3.968.349	17	0,43	-	-
2018	4.020.501	4	0,10	-	-
2019	4.075.299	12	0,29	-	-
2020	4.123.246	10	0,24	32	0,8
2021	4.162.034	23	0,55	38	0,9
2022	3.942.175	21	0,53	45	1,1
2023	4.242.594	23	0,54	69	1,6
2024	4.283.233	29	0,68	107	2,5
2025	4.321.616	20	0,46	109	2,5

Fonte: Adaptado de Amazonas (2026) – Anuário de Segurança Pública do Amazonas

Apesar desse cenário, os registros de violência doméstica e de tentativas de feminicídio permaneceram elevados, indicando que a redução dos casos consumados não corresponde, necessariamente, à diminuição da violência de gênero no estado.

Vale ressaltar que os dados referentes ao Amazonas no ano de 2025 evidenciam um cenário aparentemente contraditório. O estado registrou redução dos feminicídios em comparação com anos anteriores e apresentou uma das menores taxas nacionais desse crime. À primeira vista, esse resultado poderia indicar uma diminuição da violência letal contra as mulheres. Contudo, quando essa informação é analisada em conjunto com outros indicadores oficiais, observa-se que a violência de gênero permanece produzindo efeitos contínuos sobre a vida das mulheres.

Os registros de violência doméstica, as tentativas de feminicídio e a crescente demanda pelos serviços especializados revelam que os processos produtores da violência não desapareceram; ao contrário, continuam presentes, assumindo diferentes formas de manifestação.

Tabela 2 – Mulheres vítimas de violência doméstica no estado do Amazonas – 2015-2025

Ano	Ameaça	Injúria	Lesão corporal	Perseguição/ Stalking[1]	Descumprimento MPU[2]	Total
2015	6.254	5.068	4.879	-	-	19.413
2016	6.206	5.650	3.877	-	-	19.670
2017	7.004	6.552	3..891	-	-	22.846

[1] O crime de stalking é definido como perseguição reiterada, por qualquer meio, como a internet (cyberstalking), que ameaça a integridade física e psicológica de alguém, interferindo na liberdade e na privacidade da vítima.
[2] *MPU = Medida Protetiva de Urgência

2018	8.470	8.121	3.765	-	-	27.160
2019	7.778	7.939	3.536	-	-	26.061
2020	7.659	7.845	3.599	-	-	26.149
2021	7.249	3.967	3.065	1.327	385	25.516
2022	8.190	8.232	3.756	4..874	795	32.155
2023	9.599	9.387	4.200	4.828	864	35.679
2024	10.918	10.102	4.967	5.417	1.261	39.669
2025	11.428	10.506	5.921	5366	1.583	42.370

Fonte: Adaptado de Amazonas (2026) – Anuário de Segurança Pública do Amazonas

Conforme dados estatísticos catalogados do Anuário de Segurança Pública do Amazonas (Amazonas, 2026), as tentativas de feminicídio seguem em patamar elevado e estável, com 109 registros em 2025 (taxa 2,5 por 100 mil), ligeiramente acima de 2024 quando registrou 107 tentativas.

A capital, Manaus, concentra 68,7% dos casos totalizando 29.123 registros, com focos prioritários nas zonas Norte e Leste da cidade, que juntas somam mais da metade das ocorrências da metrópole amazonense. Contudo, a rede de proteção demonstra sua expansão ao identificar que 31,3% dos casos (13.247 registros) ocorreram nos 61 municípios do interior do Estado.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos feminicídios consumados e das tentativas de feminicídio registrados no estado do Amazonas entre 2016 e 2025. A série histórica permite visualizar as oscilações desses indicadores ao longo do período, com destaque para o ano de 2025, recorte temporal deste estudo, que apresentou o maior quantitativo de tentativas de feminicídio da série analisada. A leitura conjunta dos dois indicadores possibilita compreender que a violência letal contra as mulheres não se restringe aos casos consumados, sendo necessário considerar também as tentativas como importantes sinais dos processos de violência que antecedem ou podem culminar no feminicídio.

Essa leitura reforça a necessidade de compreender o feminicídio não como um acontecimento isolado, mas como a expressão extrema de um crescimento acelerado de violências. Conforme argumenta Segato (2025), a violência contra as mulheres não se reduz ao ato letal, mas integra estruturas de poder que organizam relações de dominação e desigualdade de gênero.

GRÁFICO 01 – Feminicídios consumados e tentativas de feminicídio no estado do Amazonas, 2016–2025.



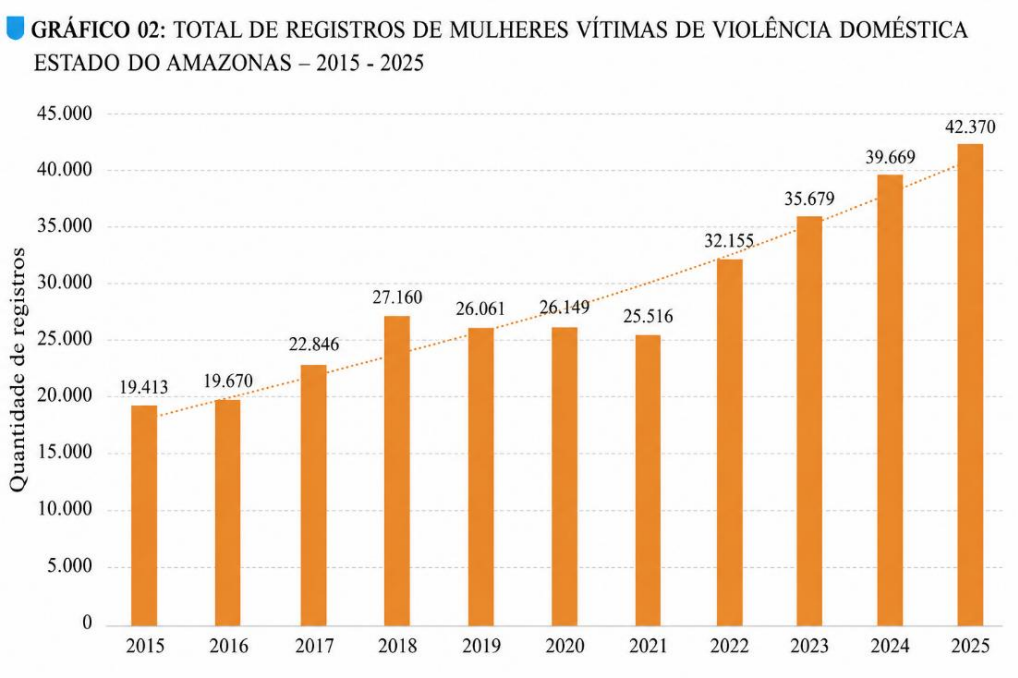
Fonte: Amazonas (2026) - Anuário do Amazonas de Segurança Pública 2026

Sob essa perspectiva, o feminicídio representa o ponto mais visível de uma trajetória frequentemente marcada por ameaças, agressões físicas, violências psicológicas, descumprimento de medidas protetivas e outras formas de violência já registradas pelos sistemas oficiais. Assim, os indicadores deixam de representar eventos independentes e passam a compor uma rede de informações que evidencia a continuidade dos processos violentos.

O Gráfico 02 apresenta a evolução do total de registros de mulheres vítimas de violência doméstica no estado do Amazonas, no período de 2015 a 2025. A série histórica evidencia uma trajetória de crescimento dos registros ao longo do período analisado, revelando a permanência e a magnitude da violência doméstica no território amazonense. Em 2025, foram contabilizados 42.370 registros, configurando um dos patamares mais elevados da série e reforçando a necessidade de compreender a violência doméstica para além de ocorrências isoladas. A evolução desse indicador constitui uma importante pista para o monitoramento da violência contra as mulheres, especialmente quando analisada em articulação com os feminicídios e as tentativas de feminicídio.

Nesse sentido, o crescimento dos registros não deve ser interpretado exclusivamente como aumento da violência, uma vez que também pode expressar maior capacidade de registro, procura pelos serviços de proteção e ampliação da visibilidade institucional dessas ocorrências. Sob uma perspectiva cartográfica, o indicador permite acompanhar os movimentos da violência e as relações que se estabelecem entre os diferentes registros, contribuindo para identificar processos que antecedem e podem culminar em formas mais extremas da violência de gênero.

GRÁFICO 02 – Total de registros de mulheres vítimas de violência doméstica no estado do amazonas (2015–2025)



Fonte: Amazonas (2026) – Anuário do Amazonas de Segurança Pública 2026

4 UMA LEITURA CARTOGRÁFICA DOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM 2025 NO AMAZONAS

Os registros de violência doméstica, as tentativas de feminicídio, as medidas protetivas de urgência e os feminicídios consumados não constituem fenômenos isolados. Ao contrário, integram um sistema articulado de informações que possibilita acompanhar a evolução dos contextos de risco, identificar padrões recorrentes de violência e subsidiar intervenções preventivas por parte do Estado. Nessa perspectiva, o monitoramento deixa de ser compreendido como mera atualização periódica de estatísticas e passa a constituir um processo contínuo de produção de conhecimento sobre as dinâmicas da violência contra as mulheres.

Essa compreensão torna-se ainda mais evidente quando os indicadores são analisados a partir das especificidades territoriais do Amazonas. A distribuição dos registros entre a capital e os municípios do interior revela que a violência contra as mulheres assume diferentes configurações em um estado marcado por extensas distâncias geográficas, baixa densidade demográfica e profundas desigualdades no acesso às políticas públicas. O território amazônico, atravessado por rios que constituem as principais vias de deslocamento, impõe desafios particulares à atuação da rede de proteção, sobretudo para as mulheres residentes em comunidades ribeirinhas, indígenas e rurais.

Nesses territórios, o isolamento geográfico frequentemente se articula a condições de vulnerabilidade social, econômica e institucional. Muitas comunidades encontram-se distantes dos centros urbanos, dependendo exclusivamente do transporte fluvial para acessar serviços públicos essenciais. Essa realidade dificulta o acesso a Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, Defensorias Públicas, unidades do Poder Judiciário e demais órgãos que compõem a rede de enfrentamento à violência. Como consequência, inúmeras mulheres enfrentam obstáculos para denunciar as agressões, acessar medidas protetivas e acompanhar os procedimentos judiciais, o que contribui para a subnotificação dos casos e para a continuidade dos ciclos de violência.

Entretanto, essas vulnerabilidades não decorrem apenas das condições geográficas. Elas estão profundamente relacionadas aos processos históricos de ocupação e formação social da Amazônia. A colonização da região, iniciada no século XVI e intensificada durante os ciclos econômicos da exploração das chamadas "drogas do sertão" e, posteriormente, da borracha, consolidou relações de poder marcadas pela exploração dos povos indígenas, pela escravização, pela concentração de riquezas e pela subordinação das mulheres.

Nesse contexto, os corpos femininos foram frequentemente reduzidos à condição de mercadoria, apropriados como força de trabalho, objeto de exploração sexual e instrumento de reprodução das relações patriarcais. Essas marcas históricas permanecem produzindo efeitos nas formas contemporâneas de violência de gênero, especialmente em contextos onde persistem relações desiguais de poder e acesso limitado aos direitos.

Ao refletirem sobre as corporeidades silenciadas na Amazônia, Beltrão, Barata e Aleixo (2017) demonstram que as experiências de mulheres em situação de violência não podem ser plenamente compreendidas apenas por meio dos registros institucionais. As autoras evidenciam que múltiplas formas de silenciamento atravessam os corpos femininos amazônidas, produzindo invisibilidades que escapam às estatísticas oficiais. Assim, embora os indicadores sejam fundamentais para o monitoramento das políticas públicas, eles representam apenas uma parcela da realidade vivida pelas mulheres, deixando à margem experiências que permanecem ocultas em razão do medo, das barreiras territoriais, da dependência econômica, das relações familiares e da insuficiência da rede de proteção.

É precisamente nesse ponto que a cartografia amplia o potencial interpretativo dos indicadores oficiais. Conforme afirmam Barros e Kastrup (2009), cartografar significa acompanhar processos e não apenas representar objetos previamente definidos. Aplicada à análise dos indicadores de violência contra as mulheres, essa perspectiva desloca o olhar da

simples descrição estatística para a compreensão das relações que conectam os diferentes registros produzidos pelos sistemas de segurança pública. Mais do que contabilizar ocorrências, a cartografia busca identificar linhas de força, permanências, deslocamentos e conexões que atravessam a produção da violência e suas formas de manifestação nos diferentes territórios.

Essa perspectiva aproxima-se da concepção de Deleuze e Guattari (1995), para quem o mapa não reproduz uma realidade acabada, mas acompanha processos em constante transformação. Assim, os indicadores oficiais podem ser compreendidos como dispositivos cartográficos de visibilidade, capazes de revelar movimentos da violência de gênero que dificilmente seriam percebidos por meio de uma leitura exclusivamente quantitativa. Quando analisados de forma articulada, os registros de violência doméstica, das tentativas de feminicídio, das medidas protetivas e dos feminicídios consumados deixam de constituir estatísticas independentes e passam a compor uma rede de pistas que evidencia a processualidade da violência contra as mulheres.

Essa leitura dialoga diretamente com Desrosières (2023), ao reconhecer que toda estatística resulta de escolhas institucionais, classificações e critérios de produção dos dados. Os indicadores oficiais não refletem integralmente a realidade social; eles expressam as formas pelas quais o Estado produz visibilidade sobre determinados fenômenos e orienta suas ações. Interpretá-los, portanto, exige reconhecer simultaneamente sua relevância para o monitoramento das políticas públicas e seus limites como representação da experiência social.

Sob essa perspectiva, a fenomenologia de Merleau-Ponty (2018) contribui para recordar que cada indicador remete a uma experiência vivida. Cada registro estatístico corresponde a mulheres concretas, cujas trajetórias foram atravessadas por diferentes formas de violência, sofrimento, resistência e busca por proteção. Os números, embora indispensáveis para a formulação de políticas públicas, não esgotam a complexidade dessas experiências. A leitura cartográfica permite justamente aproximar essas duas dimensões, articulando a objetividade dos indicadores à historicidade e à corporeidade das experiências que lhes dão origem.

Tabela 3 – Leitura cartográfica dos indicadores de violência contra a mulher proposta neste estudo

Indicador	**O que o dado mostra?**	**O que a cartografia permite compreender?**
Feminicídios	Redução dos casos	A redução não elimina os processos de violência.
Tentativas de feminicídio	Permanência da violência letal	Revelam continuidade do risco.

Violência doméstica	Alto número de registros	Indica processos contínuos de violência.
Medidas protetivas	Crescimento da demanda	Revela maior busca por proteção e necessidade de fortalecer a rede.
Interiorização	Casos distribuídos no território	Evidencia especificidades amazônicas e desigualdades de acesso.

A leitura cartográfica dos indicadores permite compreender que o feminicídio não constitui um evento isolado nem um dado suficiente para caracterizar a violência contra as mulheres. Ao contrário, ele representa um **indicador-síntese** de uma cadeia de violências anteriormente registrada pelos sistemas oficiais. Ameaças, lesões corporais, violência psicológica, medidas protetivas de urgência e tentativas de feminicídio compõem um conjunto de sinais que antecedem o desfecho letal e que, quando analisados de forma integrada, permitem acompanhar a processualidade da violência. Nessa perspectiva, o monitoramento deixa de estar centrado apenas na contabilização de mortes e passa a orientar ações preventivas capazes de interromper os ciclos de violência antes que culminem no feminicídio.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Anuário de Estatística**: a Segurança Pública do Amazonas em números. 1. ed. Manaus, Editora UEA, 2026. ISBN: 978-85-78838-17-1.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

BELTRÃO, Jane Felipe; BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco; ALEIXO, Mariah Torres. Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 592-615, 2017. DOI: https://doi.org/10.12957/dep.2017.25517. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25517. Acesso em: 3 ago. 2026.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora UNESP, 2022. ISBN 978-65-5711-129-1.

CUNHA, Claudia Madruga. Princípios da cartografia e o pensamento da diferença em Deleuze: o que quer a pesquisa cartográfica? **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 14, n. 3, p. 934-959, 2019. DOI: https://doi.org/10.7867/1809-0354.2019v14n3p934-959. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8051. Acesso em: 10 ago. 2026.

CUNHA, Claudia Madruga (org.). **Cartografia: insurgências metodológicas e outras estéticas da pesquisa**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. E-book (PDF). ISBN 978-65-5939-472-2. DOI: https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94722. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/. Acesso em: 10 ago. 2026.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1.

DESROSIÈRES, Alain. Estatística e crítica social. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 2143-2159, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/69928. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/69928. Acesso em: 3 ago. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/289 Acesso em: 25 jul. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. 424 p. ISSN 1983-7364. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/305. Acesso em: 11 ago. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

SEGATO, Rita. **As estruturas elementares da violência**. Tradução de Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025. E-book. ISBN 978-65-85984-38-6.